

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 17/2025.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de monitoramento da qualidade e potabilidade da água dos poços artesianos da Linha 5, Monte Castelo, Fazenda Itaíba - Cotribá e Fazenda Itaíba Fundos lado BR 377, apresenta-se como de extrema urgência, conforme Memorando nº 721/2025, enviado pela Analista Ambiental Elisângela dos Santos Althaus-Bióloga:

“Por meio deste, informo as seguintes demandas para conhecimento e providências:

Estão cadastrados no município 72 poços artesianos de abastecimento comunitário e já foram protocolados no DRH do estado, desde 2021, 41 processos de regularização, ou seja, solicitação de emissão da OUTORGA de permissão de uso da água. Destes 41 poços, apenas 02 outorgas foram emitidas (doc em anexo), pois o processo é oneroso e lento.

Estas duas outorgas, referente ao Poço 37, Itaíba Cotribá e Poço 38 Itaíba Fundos, foram emitidas com a condicionante de encaminhar em 120 dias ao DRH, a partir de 10 de dezembro, a Autorização da Secretaria de saúde municipal. A partir disso, solicitamos a Secretaria de saúde esta autorização via e-mail, no entanto, nos foi informado que para isto seria necessário o tratamento da água do poço com um Responsável técnico.

Da mesma forma, necessitamos deste tratamento no Poço 51 da Linha 5 Propriedade de Sigmar Scwanbal) e no Poço 27 Monte Castelo (Propriedade de Paulo Floss), pois as análises apresentaram alteração, e o DRH/RS solicitou nova análise para comprovar a potabilidade da água. Ocorre que faltam apenas 15 dias para apresentação da análise, sem possibilidade de prorrogação, para que o processo não seja INDEFERIDO.

A Secretaria de saúde também nos informou de que o tratamento seria feito em todos os poços, pois vários estão apresentando a bactéria E.Coli e coliformes fecais nas análises de água e que o processo de contratação estaria em andamento.

Ressalto, que o custo para o município de um INDEFERIMENTO é alto, pois além da pressão do Ministério Público em regularizar todos os poços, teremos que buscar os documentos atualizados, pagar nova taxa administrativa no DRH e contratar um profissional para emissão do laudo geológico, sem falar no tempo da emissão da outorga, que nesses casos específicos demoraram 3 anos para iniciar a análise.

Assim, respeitosamente, solicito uma atenção especial a estas tratativas e urgência no tratamento dos poços, e se possível priorizar este tratamento no Poço 37, 38, 27 e 51 devido as informações supracitadas.

Em anexo as outorgas mencionadas e a solicitação do DRH com prazo de encaminhamento da nova análise.”

As outorgas mencionadas e a solicitação do DRH seguem anexos ao processo.

2. SETOR REQUISITANTE

Vigilância Sanitária, Secretaria da Saúde.

3. DEMONSTRATIVO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

O Município de Ibirubá-RS não possui Plano de Contratações Anual.

É importante ressaltar que a ausência de um plano de contratações anual no Município se deve a uma série de fatores que limitaram a sua implementação até o momento. Embora a legislação (Artigo 12, VII, da Lei nº 14.133) estabeleça a obrigatoriedade de um plano de contratações anual, é necessário considerar as circunstâncias específicas que podem justificar a sua ausência temporária. Entretanto, é importante ressaltar que o Município está tomando medidas para resolver essa situação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1.A Contratada deverá efetuar os serviços previstos neste estudo, nos seguintes locais:

Poço em Linha 5 = Lat. -28°39'24,00" Long. -53°06'38,00"

Poço Monte Castelo = Lat. -28°32'00" Long. -53°07'57,00"

Poço Fazenda Itaíba - Cotribá = Lat. -28°32'04,00" Long. -53°15'01,00"

Poço Fazenda Itaíba Fundos Lado BR 377= Lat. -28°29'50,00" Long. -53°14'55,00",

conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento. A Contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos serviços prestados.

4.2. A Contratada deverá prestar diretamente os serviços, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.



- 4.3. A Contratada deverá prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados, relacionados com as características dos serviços prestados.
- 4.4. A Contratada deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da prestação dos serviços, sem qualquer ônus para a Municipalidade.
- 4.5. A Contratada deverá repetir procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas verificadas, principalmente na hipótese da prestação de serviço em desacordo com as condições pactuadas.
- 4.6. Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretos a Prefeitura de Ibirubá ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto deste documento.
- 4.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar, na proposta ou em qualquer documento que faça parte deste processo licitatório, devendo ser substituídos ou refeitos de imediato, devido à suma importância do objeto proposto, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.8. O pagamento será realizado até o 10º dia útil subsequente ao mês da prestação dos serviços, após aprovação definitiva pelo Fiscal.
- 4.9. Fornecer os insumos (cloro) e equipamentos, suficientes e adequados para o tratamento das águas, para a garantia da desinfecção e tratamento da água de cada poço tubular profundo.
- 4.10. Prestar treinamento e capacitação técnica de um responsável para a leitura de cloro residual diário, para o cumprimento no disposto no Anexo XX da portaria de Consolidação MS nº 05/2017.
- 4.11. Ser responsável pela manutenção e se necessário pela substituição dos equipamentos utilizados.
- 4.12. Prestar assistência técnica e operacional com conserto e troca de peças (se necessário), bem como a realização de manutenção de todos os equipamentos dosadores instalados nos pontos indicados pelo Município.
- 4.13. Responsabilizar-se por todos os produtos utilizados no tratamento, bem como o fornecimento e responsabilização pelo veículo utilizado para transporte de produtos e pessoal até os locais onde se encontram os poços, com a devida uniformização dos funcionários com a identificação da empresa e o uso de equipamentos de segurança exigidos.
- 4.14. Prestar assistência técnica e visitas técnicas para manutenção dos equipamentos e insumos conforme necessário ou a qualquer tempo em caso de alteração dos padrões de potabilidade da água, ou alteração dos valores do cloro residual livre na rede, conforme legislação vigente;
- 4.15. Os insumos para cloração deverão atender os padrões de qualidade da água de acordo com o Anexo XX da Portaria de Consolidação MS nº 5/2017 (Art. 13) e NBR/ABNT nº 15784/14.
- 4.16. A empresa deverá apresentar o LARS (Laudo de Atendimentos aos Requisitos de Saúde) dos produtos químicos utilizados e o CBRS (Comprovação de baixo risco de saúde);
- 4.17. O serviço prestado deve garantir o atendimento aos requisitos de qualidade da água estipulados pela legislação vigente, devendo atender aos padrões de potabilidade e da água;
- 4.18. Efetuar o controle do cloro residual livre, conforme o Anexo 14 do Anexo XX da Portaria de Consolidação MS nº 5/2017, do Ministério da Saúde.
- 4.19. Manter os registros em local acessível para o acompanhamento do Vigiagua.
- 4.20. Realizar o número mínimo de amostras e frequência mínima de amostragem para Soluções Alternativas Coletivas, para os padrões físico, químico e microbiológico, conforme o Anexo 14 do Anexo XX da Portaria de Consolidação MS nº 5/2017.
- 4.21. Coletar “in loco” na frequência mínima de amostragem de água mensal na saída do tratamento e em um ponto de consumo servido pelo poço tubular profundo.
- 4.22. Submeter à aprovação do Vigiagua do Município, o plano de amostragem de controle das SACs (Art. 41 do Anexo XX);
- 4.23. Apresentar até o 10º dia do mês subsequente, os laudos das análises realizadas por Laboratório Analítico, acompanhadas do resumo do controle preenchido em modelo pré-definido conforme SISAGUA/MS.
- 4.24. Realizar anualmente a limpeza e desinfecção em todos os reservatórios de água coletivos em todas as Soluções Alternativas onde é realizado o tratamento.
- 4.25. Conforme Portaria RS/ SES nº 1237/2014. Encaminhar certificado de limpeza ao Vigiagua do Município com relatório fotográfico do ANTES e DEPOIS da limpeza;
- 4.26. Realizar o controle semestral da água bruta, para atender o Art. 40 do Anexo XX da Portaria de Consolidação MS nº 5/2017, conforme prevê os Artigos 12 e 13 da Resolução CONAMA 396/2008, dos seguintes parâmetros: Sólidos totais dissolvidos, Nitrato, Escherichia coli, pH, Turbidez e Condutividade elétrica, Sendo que a prefeitura é responsável por manter uma torneira para coleta das amostras de água bruta no poço.



4.27. Os relatórios fornecidos pela Licitante Vencedora deverão ser encaminhados para o fiscal do contrato que analisarão a execução do objeto do contrato e encaminharão o responsável pelo lançamento das informações no sistema VIGIÁGUA.

4.28. Se as análises constantes no projeto básico apresentarem irregularidades nos parâmetros analisados, a empresa contratada se obriga a fazer nova análise, ficando o custo das reanálises a cargo da empresa licitante vencedora.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Não foram encontradas outras tendências, inovações ou metodologias que poderiam alterar o tipo de solução a contratar, justamente por ser uma aquisição comum para uma demanda básica. Dessa forma, para o atendimento da presente demanda, no momento, somente visualizou-se uma opção disponível no mercado, que é justamente a contratação de empresas especializadas que atuam no mercado. Trata-se de contratação frequente, existindo diversas empresas que atendem às especificações mínimas exigidas pela Administração Pública, sendo realizada cotações com fornecedores distintos, no intuito de auxiliar a pesquisa de preços para uma averiguação de compatibilidade de preços do mercado.

6. QUANTITATIVO ESTIMADO DOS ITENS POR SOLUÇÃO

A necessidade primordial, para o momento, é dos poços artesanais da Linha 5, Monte Castelo, Fazenda Itaíba - Cotribá e Fazenda Itaíba Fundos lado BR 377.

Para os demais poços está sendo confeccionado um processo licitatório na modalidade de pregão eletrônico.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução proposta envolve a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de monitoramento da qualidade e potabilidade da água dos poços artesanais da Linha 5, Monte Castelo, Fazenda Itaíba - Cotribá e Fazenda Itaíba Fundos lado BR 377, por meio de um processo administrativo de dispensa emergencial de licitação, conforme permissivo legal contido no art. 75, VIII* da Lei Federal nº 14.133/21, para fins de atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, com a finalidade de fornecer um serviço de qualidade aos cidadãos, mantendo o serviço de prevenção, minimizando os riscos à saúde humana, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

As especificações técnicas contidas no presente documento, inclusive quanto ao detalhamento, requisitos, características, e quantitativos dos serviços objeto da contratação, foram definidos pelo setor demandante, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

* “VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;”

O quantitativo solicitado atende a necessidade pelo prazo de 03 (três) meses, sendo oportuno mencionar que está sendo confeccionado um processo licitatório na modalidade de pregão eletrônico para a contratação do referido serviço, a fim de atender as necessidades do setor requisitante pelo período de 12 (doze) meses.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se verifica contratações correlatas, nem interdependentes, para a viabilidade e a contratação desta demanda.

9. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei nº 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala.

Considerando as especificidades do presente objeto, a demanda não tem como ser parcelada, com vistas a propiciar o melhor aproveitamento dos serviços e controle fiscal dos mesmos.

10. DEMONSTRATIVO RESULTADOS PRETENDIDOS

Os resultados pretendidos com as aquisições são:



ASSINATURA ELETRÔNICA

Complemento de assinaturas presentes no documento

Código para verificação: 67de-029e-861e-bc00-084f-75cf

Assinado por **Sandro Krause** em 22/03/2025 às 21:22:20
Identificador Único: **QMHHJUvTdCH1nVYgkhE7z6**

Assinado por **ANA DANIELA LAUXEN** em 24/03/2025 às 20:50:00
Identificador Único: **6N574Ki6xFiey9odBb1AE2**

Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://ibiruba.aprova.com.br/consulta?documentAuthenticatorCode=67de-029e-861e-bc00-084f-75cf>
